

RESENHA / Book Review

Um Fantasma Ronda O Brasil: Será O Comunismo Ou O Benedito?

A Ghost Haunts Brazil: is it Communism or Benedict?

COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2014. p. 111.

Sidnei Ferreira de Vares¹

João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield são três importantes intelectuais assumidamente identificados ao conservadorismo liberal. O português Coutinho é jornalista e cientista político de formação, com doutorado em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa. Também é colunista da Folha de São Paulo e do Correio da Manhã. Pondé é doutor em filosofia pela USP. Ademais é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), além de colunista da Folha de São Paulo. Rosenfield é analista político. Possui doutorado em filosofia pela Universidade de Paris I. Atua como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O livro “Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo”, está dividido em três partes, cada qual escrita por um autor. Todavia, o texto principal é precedido de um belo prefácio escrito por Marcelo Consentino, no qual

¹ Doutor e Mestre em Educação pela USP. Professor do Centro Universitário Assunção - UNIFAI. e-mail: vares@usp.br

o ensaísta e editor da Revista Dita & Contradita, introduz o leitor no universo do debate direita/esquerda.

O referido prefácio, intitulado “Quase irmãos”, é muito bem escrito – de leitura fácil e agradável. Há um esforço tácito por parte do autor em alavancar o tema que dá título ao livro. Inicialmente, Consentino atenta para a tipificação que recai sobre o homem de direita e o homem de esquerda, entendidos, respectivamente, como o “burguês satisfeito de si e indiferente a todo o resto” e o “poeta militante que avança entre barricadas urbanas combatendo todas as forças de opressão com um mosquete e uma flor nas mãos” (CONSENTINO, 2014, p. 7). Afirma, entretanto, que esses estereótipos podem ser facilmente invertidos. Segundo o autor, a dicotomia esquerda/direita não deve ser tomada, a exemplo do filósofo francês Jean-Paul Sartre ou do revolucionário russo Vladimir Lênin, como sinônimo de bem/mal. Isso porque, em termos históricos, os regimes surgidos a partir de processos revolucionários foram marcados pelo radicalismo e pela truculência, conquanto, contrariamente aos regimes fascistas, também radicais e truculentos, não tenham sido punidos pela consciência do tempo. De maneira divertida, o autor argumenta que esquerda e direita identificam-se, nesta ordem, com o progressismo e o conservadorismo. Aliás, sobre esse par de conceitos, Consentino invoca a magnífica obra de Machado de Assis, *Esau e Jacó*, cujos personagens, os irmãos Pedro e Paulo – ambos apaixonados pela mesma mulher, Flora – se debatem o tempo todo. Um, monarquista e conservador; o outro, republicano e progressista. A partir da divertida metáfora machadiana a respeito dos rumos da política brasileira no fim do período monárquico, Consentino procura suavizar possíveis radicalidades contidas nas análises de Coutinho, Pondé e Rosenfield, mostrando que, a despeito dos exageros tanto à esquerda quanto à direita, os três autores primam pela razoabilidade. Porém, ao fim e ao cabo, Consentino defende que, enquanto os esquerdistas (entenda-se revolucionários em geral, marxistas, comunistas, socialistas e afins) pagam pela crença na possibilidade de criar, a partir do zero, uma nova

sociedade, os conservadores, mais lúcidos, tendem a rejeitar o ideal de perfeição, à medida que reconhecem a falibilidade humana e, conseqüentemente, os limites da ação política. Em suma, a apresentação de Consentino, embora erudita e comediada, antecipa o que virá pela frente, a saber, um pesado ataque ao pensamento de esquerda.

Em “Dez notas para a definição de uma direita”, João Pereira Coutinho afirma, não sem uma dose generosa de sarcasmo, que “virar à direita” acontece tanto nas “melhores” quanto nas “piores” famílias. Começa por invocar duas passagens celebres de Jean-Jacques Rousseau – “Os homens nascem livres, mas, no entanto, encontram-se aprisionados em toda parte”, e também, “O homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe” – para demonstrar que, embora atrativo, o discurso de Rousseau – patriarca do sentimentalismo – é, na verdade, falso. Na visão de Coutinho, Rousseau, o inaugurador da filosofia política moderna, é a representação mais fiel do pensamento utópico, perfeccionista e racionalista ao extremo. Crítico ferrenho desse utopismo desmedido, para o autor o pensamento utópico constitui, *mutatis mutandis*, um discurso unitário, monolítico e, por isso, incapaz de abarcar a complexidade do gênero humano. De início, o autor procura manter-se distante da discussão esquerda/direita, alegando que, para além dessa querela, existem problemas muito mais profundos. Sem dúvida, o mérito de Coutinho está em reconhecer que tanto a esquerda quanto a direita comportam nuances e, certamente, versões mais ou menos radicais. Desta feita, talvez seja mais correto falar-se em “direitas” e “esquerdas”, no plural. Daí afirmar que “um esquerdista moderado é preferível a um direitista reacionário” (COUTINHO, 2014, p.27). É nesse sentido que a discussão que Coutinho envereda por outro caminho. Tributário de Michel Oakeshott, que distingue a “política da fé” da “política do ceticismo”, Coutinho critica as “religiões seculares” – termo criado por Raymond Aron – as quais, em sua visão, tendem à busca da perfeição humana num plano político, vulgarizando a própria noção de política. Não obstante, o autor português

aponta, a partir de alguns dos mais importantes representantes do conservadorismo moderno e contemporâneo como Edmund Burke, Friedrich Hayek, Isaiah Berlin e John Kekes, a impossibilidade de se alcançar essa condição de perfectibilidade. Disso decorre sua simpatia pela “política do ceticismo”, segundo a qual o governo é uma necessidade e não como uma solução para os problemas humanos. Averso às concepções utópicas, Coutinho indica a necessidade de uma “ordem superficial” conduzida por um Estado “mínimo”, sem que isso signifique a reificação deste, pois, em última instância, são os indivíduos, e não as instituições, que dão a tônica da vida social.

A mesma prudência de Coutinho falta ao ensaio de Luiz Felipe Pondé “A formação de um pessimista”. O texto do filósofo pernambucano lembra, inicialmente, um memorial. Porém, conforme avança torna-se trágico e, por fim, cômico. Algumas de suas afirmações são realmente dignas de risos, tais como “aqueles que são mais capazes se incumbem dos encargos mais difíceis, enquanto os demais se aproveitam e, se são de esquerda, valem-se de uma série de argumentos para justificar sua preguiça e sua mediocridade” (PONDÉ, 2014, p. 55). Em que se baseia o autor para fazer tal afirmação? Tratar-se-ia de uma simples opinião, tal como nas conversas filosóficas de boteco? Quem sabe. Voltando ao texto, Pondé relata sua trajetória intelectual, que passa não só pelo ceticismo antigo e moderno, mas também pela tragédia grega, pelo conservadorismo moderno, pelo niilismo e até pelo evolucionismo. Seu “conservadorismo cético” assenta-se em autores muito heterogêneos como Aristóteles, Agostinho, Montaigne, Pascal, Hume, Tocqueville, Burke, Darwin, Dostoiévsky, Nietzsche, Freud, Lacan, Sartre, Oakeshott, Kirk e até mesmo Nelson Rodrigues. De modo geral, o filósofo sustenta uma visão pessimista da “natureza humana”. Acredita que a “miserável” raça humana está inevitavelmente condenada ao fracasso, sendo a morte a marca mais emblemática de seu melancólico futuro. Paixão, sofrimento e doença dão forma ao horizonte triste, contingencial e sem sentido de Pondé. Talvez isso explique porque a morte (e não a vida) seja o ponto de

partida e de chegada de sua análise. Fica a impressão que, ao homem, a única possibilidade é resignar-se frente ao seu fatídico destino. No que se refere à vida em sociedade, Pondé empreende uma longa e enfadonha reflexão teológica, recorrendo inclusive a passagens bíblicas, com vistas a justificar as diferenças entre os indivíduos. Deus, na perspectiva do autor, seria mais benevolente com alguns de seus filhos. A partir de uma visão essencialista, o filósofo defende abertamente a superioridade de alguns poucos homens – grupo do qual ele, Pondé, aposta fazer parte. Daí os riscos da democracia, sistema político onde todos – superiores e inferiores – podem se manifestar. Com efeito, através de sua crítica à razão ocidental, Pondé desloca claramente a discussão do campo da lógica para o campo da passionalidade. O resultado é simples. Parafraseando Dostoiévsky, uma de suas referências, se a razão nada vale quando comparada às paixões, então, tudo é permitido! Em um último delírio, talvez para redimir-se de sua própria miséria, sua condição de intelectual tupiniquim, este estudioso de Nelson Rodrigues deixa entrever a “síndrome do vira-lata” ao afirmar: “Penso como um britânico. Sou, de certa maneira, um iluminista britânico” (PONDÉ, 2014, p.81).

O ensaio “A esquerda na contramão da história” de Rosenfield é, indubitavelmente, o mais pobre dos três ensaios. Digo isto porque, longe de promover um debate teórico, o autor opta por trazer a tona algumas experiências pessoais e, a partir delas, deduzir algumas certezas sobre a esquerda brasileira. Sua estratégia, entretanto, esbarra em induções equivocadas. Em primeiro lugar, toma o PT (Partido dos Trabalhadores) como o único representante da esquerda brasileira, sem a preocupação de distinguir as diversas matrizes ideológicas que compõem o universo esquerdista. Em segundo lugar, o filósofo gaúcho tece uma série de argumentos no sentido de demonstrar as transformações de caráter sofridas pelo partido no momento em que este chega ao poder, não só em seu estado – o Rio Grande de Sul –, mas também no que se refere à presidência do país. De modo bastante genérico, e sem qualquer respaldo teórico, distingue o “comunismo do século XX” e o “socialismo do século XXI”,

afirmando que, diferentemente dos métodos truculentos, típicos da mentalidade revolucionária dos comunistas, os socialistas pretendem, utilizando-se de uma “novilíngua”, subverter a democracia por meios democráticos, atentando assim “contra o direito da propriedade privada, a liberdade de escolha, o Estado de direito e a democracia representativa” (ROSENFELD, 2014, p.88). Também acusa a esquerda brasileira (reduzida ao PT) de ferir a liberdade de imprensa sob o pretexto de democratizar os meios de comunicação. Segundo Rosenfield, a estratégia dos socialistas pode ser avistada no processo de aparelhamento do Estado. Isso igualaria a gestão da esquerda brasileira à experiência política cubana e venezuelana. É como se a esquerda brasileira, arditamente em nome da democracia, planejasse instaurar uma ditadura aos moldes da ditadura stalinista. Tratar-se de um projeto grandioso, pois, longe de restringirem-se ao território nacional, os socialistas do século XXI desejam destruir o mundo capitalista. Em última instância, a esquerda teria optado por abandonar a violência enquanto instrumento revolucionário (como propunha Marx), e adotado como estratégia a revolução por meio do jogo democrático e do controle dos meios de difusão cultural (tal como defendia Gramsci).

Conquanto adote um tom elegante, Consentino, em seu já mencionado prefácio, não esconde a que veio. O título de seu texto, “Quase irmãos”, é uma clara alusão aos autores que, a seguir, analisam o pensamento conservador em contraposição ao pensamento da esquerda. Não deixa de ser curioso, no entanto, o fato de o autor tomar termos distintos como se fossem correlatos. Esse é o caso, por exemplo, de noções como esquerda, marxismo, revolução, socialismo, todas reduzidas a meras derivações de um tipo de pensamento utópico, responsável por sustentar uma visão ingênua sobre a perfeição humana, bem como a crença exagerada no poder transformador da razão. Ora, não seria esta uma forma simplista e caricatural de análise? Será, realmente, que todas essas noções são similares? Tenho minhas

dúvidas quanto a isso. Ademais, será que podemos afirmar que as ideias de esquerda se desenvolveram, temporal e espacialmente, numa única direção? Será, por exemplo, que todos os partidos de vertente comunista/socialista surgidos no Brasil atuaram ou atuam como decalques da ex-União Soviética? Mas uma vez não ponho a mão no fogo. Por isso, penso que há certo exagero por parte de Consentino. O que se verifica é que os conservadores, mesmo condenando esse tipo de análise (simplista e caricatural) quando utilizada pelos adversários, empregam-na, despidoradamente, quando o foco é o pensamento de esquerda e suas derivações. Uma contradição inexplicável (será?).

O ensaio de Coutinho é, a meu ver, o melhor entre os três que compõe o livro. Isto por se tratar de um texto lúcido, sem exageros e bem referenciado em termos bibliográficos. Mas, apesar de suas qualidades, penso que falta ao autor uma visão mais crítica sobre alguns pontos importantes. Por exemplo, não há, por parte de Coutinho, nenhuma reflexão a respeito das relações de poder, da dimensão histórica das desigualdades sociais, da força da ideologia e, muito menos, da luta de classes. Essas noções passam ao largo de sua análise. A impressão que se tem é que o conservadorismo liberal, do qual o autor é simpatizante, constitui um modelo político mais sóbrio, racional e equitativo quando comparado aos modelos revolucionários e utópicos de esquerda. Todavia, o que hoje se chama de esquerda difere muito daquela velha esquerda do final do século XIX e início do século XX. A esquerda atual entrou, definitivamente, no jogo democrático. Não obstante, são pontuais os casos de esquerdistas que alimentam o “ideal revolucionário” ou a instauração de uma “ditadura do proletariado”. Penso que falta a Coutinho, bem como aos demais conservadores, uma visão menos caricatural acerca do comportamento da esquerda no mundo contemporâneo.

Já em relação ao ensaio de Pondé, tenho sérias restrições. Sua visão é demasiadamente preconceituosa e maniqueísta, acarretando numa simplificação da esquerda, do movimento estudan-

til, da academia e de alguns autores importantes, a exemplo de Rousseau. A impressão que se tem é que a direita representa o trabalho, o esforço e o bem, enquanto a esquerda representa a mediocridade, a inércia e o mal. Trata-se, pois, de uma estranha relação. Suas inquietações existenciais transformam o texto em uma verdadeira sessão de terapia, onde a verbosidade desconexa denuncia a patologia de seu autor. Digo patologia, pois algumas passagens chegam a beirar o absurdo. Vejamos as duas que selecionei: “As posições de esquerda quase sempre ocultam problemas de caráter” (PONDÉ, 2014, p. 55). Ou, ao se referir aos estudantes da UNE na época em que era estudante de filosofia na USP: “o movimento estudantil, em sua quase totalidade, era um ninho de canalhas manipuladores que se diziam preocupados com a qualidade do ensino, mas, no fundo, não queriam assistir às aulas. Continuo a ter a mesma percepção hoje em dia” (PONDÉ, 2014, p.56). Em que o autor se baseou para fazer tais afirmações? Nota-se claramente que tais assertivas não se sustentam, visto não passarem de meras generalizações. Com isso não estou negando que existam crápulas de esquerda, porém, será que os crápulas de direita inexistem? Ao criticar os representantes da esquerda, que supostamente erigem sistemas sociais e políticos perfeitos, Pondé incorre no mesmo equívoco, pois sustenta que os representantes da direita são eticamente superiores e que o conservadorismo, em termos políticos, é o único sistema viável. Ora, esse tipo de avaliação não tende a negar a experiência, tantas vezes invocada pelo autor para justificar suas posições? Quanto ao “trágico” destino humano, o problema é que existem destinos e destinos, e nem todos estão dispostos a aceitar uma condição de miséria absoluta. Miséria, aliás, que não pode e nem deve ser entendida como uma condição dada, uma vez que parte de nossas misérias, sobretudo as sociais e econômicas, não são eventos naturais ou essenciais, mas sociais. Para quem afirma ter lido Marx e gostado, espanta-me a ausência de uma visão crítica em relação ao peso exercido pelos processos sociais na configuração dos destinos individuais. E o que dizer a respeito da suposta superioridade de alguns indivíduos? Talvez não seja demais lembrar que Hitler também se

achava um homem distinto. Para finalizar, lanço mão de mais uma das generalizações “pondesianas”: “A esquerda é abstrata e mau-caráter porque nega a realidade histórica humana a fim de construir seu domínio sobre o mundo” (PONDÉ, 2014, p.81). Ainda bem que Marx, que tanto valorizou a história – e que Pondé garante ter estudado –, não teve tempo de ler isto. Mais um moralista disfarçado de crítico da moral.

O texto de Rosenfield é um magnífico exercício de imaginação, no qual seu autor, por meio de uma teoria conspiratória, procura alertar o leitor sobre as novas estratégias da esquerda para dominar a América Latina e, quiçá, o mundo capitalista. Sem maiores discussões teóricas, a análise de Rosenfield me fez voltar ao tempo da Guerra Fria. Lembrei-me dos gibis do Capitão América e da luta do herói capitalista contra seu arquirrival, o Caveira Vermelha. Mas, ainda que a teoria conspiratória de Rosenfield estiver correta, o leitor não precisa se preocupar, pois, diretamente dos pampas gaúchos, com sua bombacha e seu poncho, insurge-se um herói, o único capaz de salvar-nos da “ameaça” esquerdista/petista: o super-conservador político. Brincadeiras à parte, os argumentos de Rosenfield são demasiadamente frágeis. O autor acusa a esquerda de se voltar contra a propriedade privada, a liberdade de imprensa e o estado de direito, porém, em nenhum momento, questiona a legitimidade dessas condições. Como se pode falar em “direito à propriedade privada” sem questionar as origens históricas da propriedade capitalista? Como se pode falar em liberdade de imprensa sabendo que o capital compra a informação que pode ou não ser transmitida ao grande público? E quanto ao estado de direito, será que Rosenfield acredita mesmo que a estrutura jurídica brasileira é justa e imparcial? Questões que o autor não responde.

Em suma, os autores conservadores analisados adotam um tom reformista e, por isso, criticam a suposta “razão abstrata” que dá suporte ao pensamento revolucionário da esquerda. Argumentam que as mudanças só podem ser admitidas caso resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura

radical com o passado. Disso depreende-se a leitura, a nosso ver equivocada, segundo a qual as tentativas da esquerda criar uma nova ordem social são “utópicas”.

Referências Bibliográficas

NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.